

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

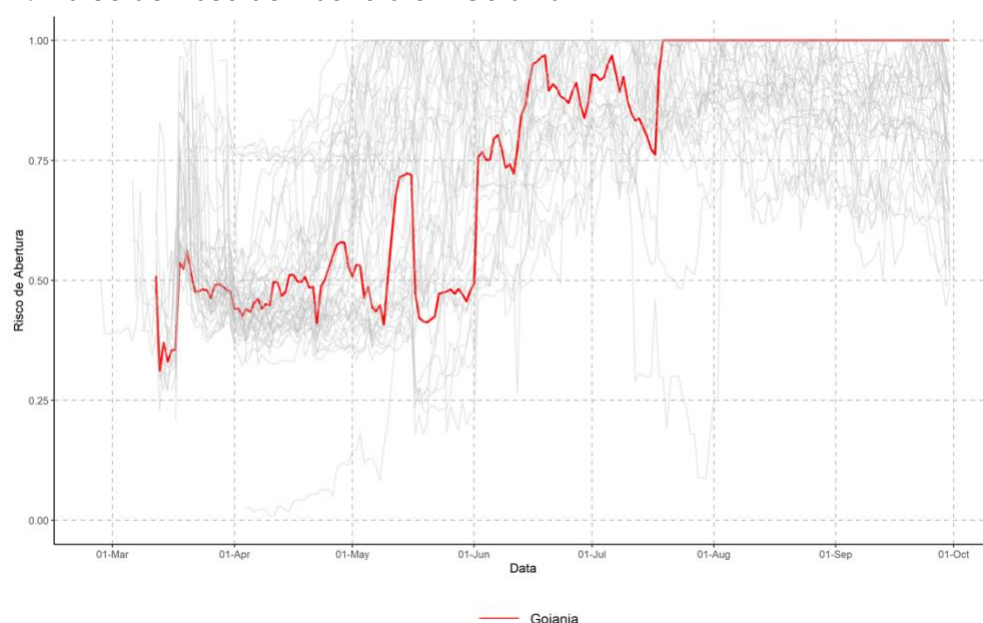
Policy note – Goiânia/Goiás



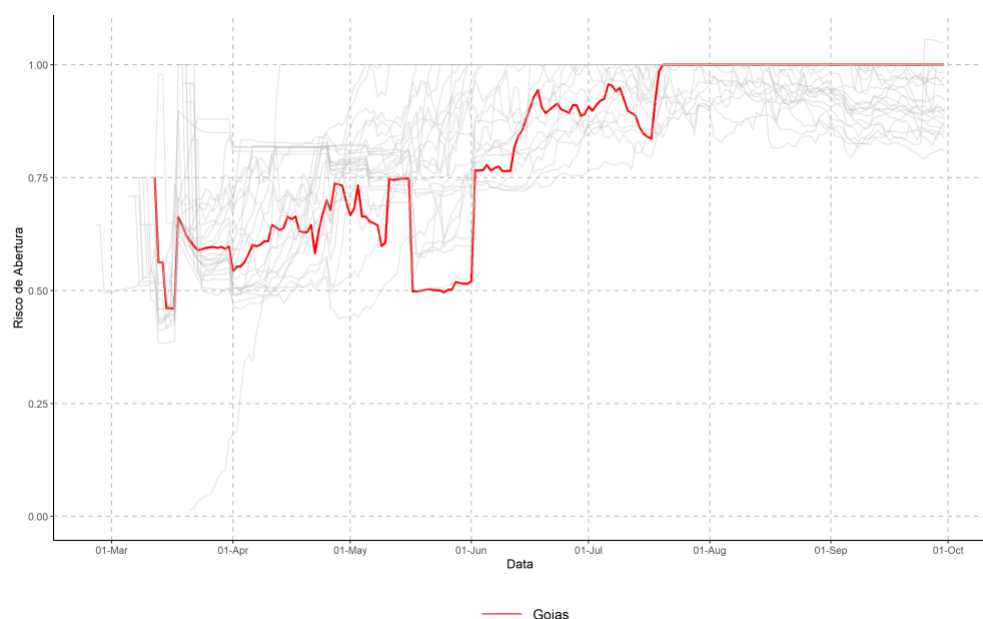
Região	Goiânia, Goiás
Período	Junho a outubro de 2020
Autoria	Henrique Oliveira da Motta, Rodrigo Furst de Freitas Accetta, Maria Luciano e Beatriz Kira

Figura GO.1 – Índice de Risco de Abertura (Risk of Openness Index - RoOI)

A. Índice de Risco de Abertura em Goiânia



B. Índice de Risco de Abertura em Goiás



Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Goiânia/Goiás



Respostas dos governos estadual e municipal

A Figura 1 indica como o Risco de Abertura cresceu ao longo do período analisado e se manteve no nível mais alto em Goiânia e em Goiás.

Goiás começou o mês de junho com 3874 casos confirmados (1977 em Goiânia) e 127 mortes por Covid-19. Durante o mês, o governador do estado manteve as medidas adotadas nos meses anteriores. Ainda de acordo com decretos precedentes, as escolas continuaram fechadas em todos os níveis em todo o estado, assim como parte significativa dos locais de trabalho considerados não essenciais. Os que tinham seu funcionamento permitido continuaram operando a 50% de sua capacidade máxima. Além disso, manteve-se a restrição a aglomerações com mais de 10 pessoas e a ordem de cancelamento de todos os eventos públicos.

O prefeito da capital, Goiânia, trabalhou em coordenação com o governador do estado, mantendo políticas similares no âmbito municipal. No dia 1 de junho, a suspensão das aulas na cidade foi prorrogada até o dia 30 do mês. As políticas quanto a abertura de estabelecimentos, cancelamentos de eventos públicos e restrição a aglomerações também espelharam as medidas adotadas pelo governo do estado.

No fim de junho, embora as recomendações de evitar sair de casa tenham sido mantidas, tanto o estado de Goiás quanto a cidade de Goiânia vivenciaram uma grande alta no número de casos de Covid-19. Em Goiânia, o número de infectados no transcorrer do mês cresceu 353%, totalizando 6983 no dia 1 de julho. No mesmo período, o estado registrou 84% do seu total de casos confirmados até o momento, um aumento dramático em um período curto. Em resposta, o governador do estado editou um decreto no dia 30 de junho, determinando o fechamento de todos os estabelecimentos não-essenciais por um período de 14 dias. Após estas duas semanas, o funcionamento de tais locais estaria liberado pelo mesmo período (14 dias de abertura intercalados com 14 dias de fechamento) seguindo algumas medidas de segurança e operando a 50% de sua capacidade total iniciando assim um revezamento.

O prefeito de Goiânia, seguiu as determinações do governador, adotando medidas similares. No entanto, o decreto municipal foi contestado judicialmente pela Federação de Comércio, Bens e Serviços de Goiás (Fecomércio) e pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (Ademi). A justiça local acatou os pedidos e revogou o decreto por meio de uma liminar no dia 2 de julho, permitindo que setores como o varejo reabrissem. No dia seguinte, a liminar foi derrubada e o decreto municipal foi mantido. Outra importante decisão feita no mês de junho foi a obrigatoriedade de máscaras em Goiânia. Em vigor desde o dia 23, a medida tornou obrigatório o uso da máscara facial em todas as vias e espaços públicos, transportes públicos coletivos, estabelecimentos comerciais, industriais e espaços de prestação de serviço, inclusive em áreas comuns e dentro dos carros. Agentes da Guarda Municipal foram encarregados de fiscalizar seu uso, e o descumprimento da medida pode resultar em multa de até R\$ 627,38.

No dia 13 de julho, data a partir do qual a abertura dos estabelecimentos não essenciais seria autorizada por 14 dias, o governo do estado liberou também o funcionamento de bares e

Este resumo é parte de um estudo mais abrangente sobre as respostas governamentais à Covid-19 no Brasil. Acesse <https://www.bsg.ox.ac.uk/pesquisa-covid19-brasil> para referências completas.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Goiânia/Goiás



restaurantes sob a condição de que estes cumpram certos requisitos sanitários e operem com controle de entrada de clientes e distanciamento de 2 metros entre todos os presentes. A abertura se deu quando a curva de casos no estado parecia se estabilizar. Após 14 dias, em 27 de julho, quando o comércio deveria fechar novamente, o governador do estado editou novo decreto, seguindo nota técnica da Secretaria de Saúde do estado, estendendo a flexibilização por tempo indefinido. Cinemas, boates e afins, continuaram proibidos de funcionar e até o momento ainda estão com suas atividades suspensas sem previsão de retorno.

Desde então, as atividades não-essenciais em Goiás continuam liberadas na maioria dos municípios, incluindo a capital, mas continuam operando com 50% de sua capacidade total as restrições a eventos públicos e aglomerações foram mantidas. As escolas continuam com aulas presenciais suspensas em todos os níveis no estado de Goiás. No dia 16 de setembro, o governador anunciou que as aulas na rede estadual só retornarão quando houver uma vacina disponível; portanto, dificilmente retornarão em 2020.

Em Goiânia, eventos públicos continuam cancelados, as restrições a aglomerações de mais de 10 pessoas se mantêm e as recomendações para que os cidadãos evitem sair de casa permanecem em vigor. Além disso, desde abril o transporte público da capital pode operar apenas no limite do número de assentos disponíveis aos passageiros.

Em setembro, a capital flexibilizou algumas medidas. No dia 15, a prefeitura de Goiânia autorizou a retomada de cursos profissionalizantes, clubes recreativos e escolinhas de iniciação esportiva para alunos acima de 12 anos de idade. Ao mesmo tempo, a pandemia continuou a avançar no estado e na capital. No fim de setembro a disponibilidade de vagas em UTIs foi considerada crítica pela Fiocruz, e entre o período de 8 a 22 de setembro, o estado registrou uma alta de 26% da média de mortes. No fim do mês, Goiás contabilizava 212.898 casos e 4.723 óbitos confirmados.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Goiânia/Goiás



Figura GO.2 – Número acumulado de óbitos e óbitos per capita em Goiás e nos outros oito estados pesquisados

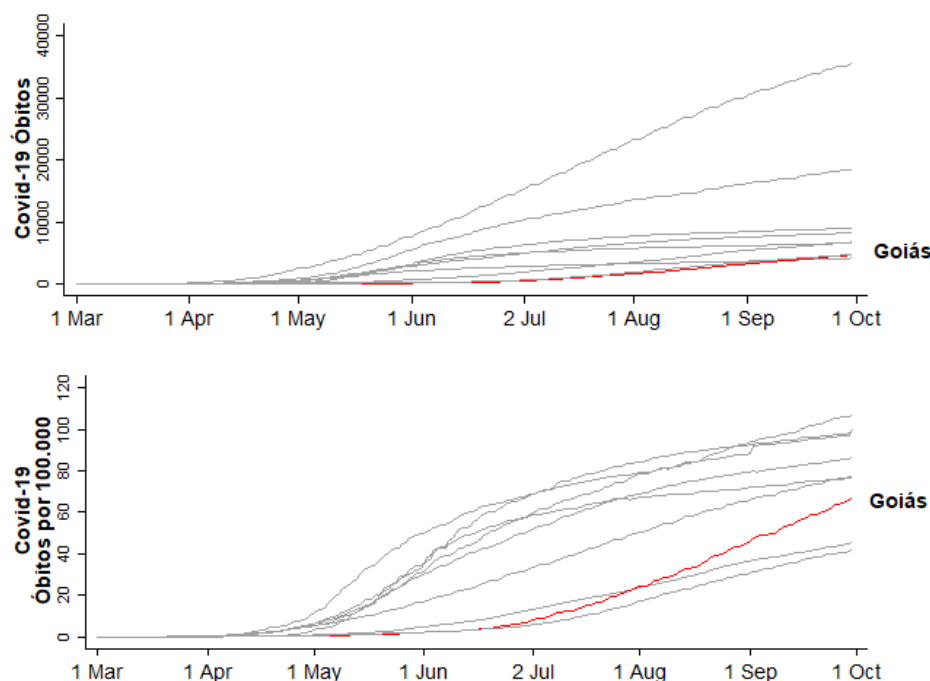
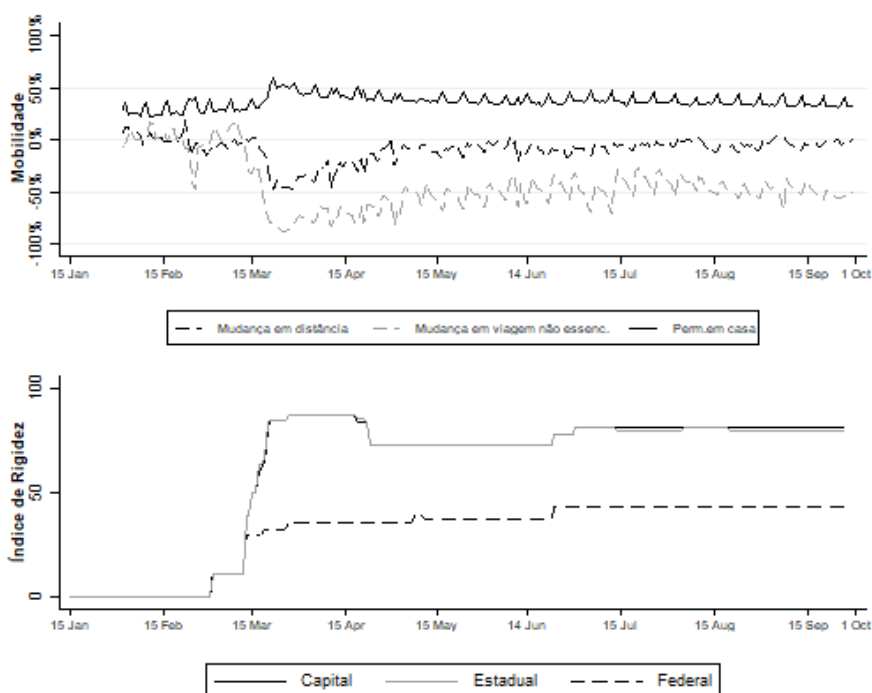


Figura GO.3 – Indicadores de mobilidade para Goiás e o índice OxCGRT de rigidez para diferentes níveis de governo



Resultados da pesquisa em Goiânia

Este resumo é parte de um estudo mais abrangente sobre as respostas governamentais à Covid-19 no Brasil. Acesse <https://www.bsg.ox.ac.uk/pesquisa-covid19-brasil> para referências completas.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Goiânia/Goiás



Goiânia tem 1,5 milhão de habitantes, e 10% de sua população tem mais de 60 anos de idade. Seu IDH é 0,799, sendo a 10ª capital mais desenvolvida dentre as 27 capitais brasileiras.

Apenas 7% dos entrevistados em Goiânia disseram que não haviam saído de casa nas duas semanas anteriores ao período entre 22 de abril e 13 de maio, em comparação aos 3% que afirmaram o mesmo entre 27 de julho e 2 de outubro. O restante saiu, em média, em 6,5 dias nas duas semanas precedentes ao primeiro período, em comparação aos 8,1 dias indicados entre 27 de julho e 2 de outubro. Do total da amostra, 80% das pessoas saíram para realizar atividades essenciais, como idas ao supermercado, à farmácia ou ao banco durante as duas semanas anteriores ao período de 22 de abril e 13 de maio, em comparação aos 75% que o fizeram nas duas semanas anteriores ao período entre 27 de julho e 2 de outubro.

Trinta e quatro por cento dos entrevistados foram para o trabalho (comparado a 70% que saíram para trabalhar em fevereiro) no primeiro período, e 50% saíram para trabalhar no segundo período (comparado a 60% que saíram em fevereiro). Em ambos os períodos, quem saiu de casa percebeu que 80% das pessoas, em média, usavam máscaras nas ruas. Quatro por cento dos entrevistados em Goiânia disseram ter tido pelo menos um sintoma de Covid-19 durante os sete dias anteriores à entrevista do primeiro período, em comparação aos 24% do segundo período. Apenas 3% das pessoas haviam sido testadas nas duas semanas anteriores à entrevista no período de 22 de abril a 13 de maio, enquanto esse número aumentou para 22% entre 27 de julho e 2 de outubro. Em ambos os períodos, 1% disse ter tentado fazer o teste sem sucesso.

Em fevereiro, 28% das pessoas ouvidas em Goiânia declararam ter feito uso do transporte público, enquanto apenas 9% afirmaram tê-lo feito nas duas semanas anteriores ao primeiro período, e 22% nas duas semanas anteriores ao segundo período. A redução da oferta de serviços de transporte público fez com que 12% e 6% dos entrevistados deixassem de realizar suas atividades pretendidas no primeiro e segundo períodos, respectivamente.

Os níveis de conhecimento sobre os sintomas de Covid-19 e sobre o significado e as práticas de auto-isolamento entre os habitantes de Goiânia foram semelhantes às médias das oito populações pesquisadas. Em Goiânia, o índice médio de 'conhecimento sobre sintomas' foi de 84 e 80 em 100 no primeiro e segundo períodos, respectivamente, e o de 'conhecimento sobre auto-isolamento' foi de 43 e 46 em 100 no primeiro e segundo períodos, respectivamente (veja uma explicação desses índices no relatório principal).

Os noticiários de TV (50% e 61% no primeiro e segundo períodos, respectivamente) e os jornais e sites de jornais (25% e 11% no primeiro e segundo períodos, respectivamente) são as principais fontes de informações sobre a Covid-19 para as pessoas em Goiânia. As campanhas de informação pública estavam chegando à maioria da população entre 22 de abril e 13 de maio (57%), e entre 27 de julho e 2 de outubro (70%). Dentre as pessoas que disseram ter visto ou ouvido tais campanhas no primeiro período, 71% haviam visto na TV, 31% no Facebook ou Twitter, 29% em jornais, 21% em blogs e 19% haviam recebido tais campanhas por WhatsApp. No segundo período, 87% haviam visto na TV, 40% em jornais, 32% no Facebook ou Twitter, 26% no WhatsApp, e 15% em

Este resumo é parte de um estudo mais abrangente sobre as respostas governamentais à Covid-19 no Brasil. Acesse <https://www.bsg.ox.ac.uk/pesquisa-covid19-brasil> para referências completas.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Goiânia/Goiás



blogs. O governo do estado foi percebido como a principal fonte dessas campanhas: 77% e 63% das pessoas no primeiro e segundo períodos, respectivamente, relataram terem visto campanhas do governo do estado, 31% e 40% no primeiro e segundo períodos, respectivamente, viram uma campanha do governo federal, e 16% e 37% no primeiro e segundo períodos, respectivamente, tiveram acesso a uma campanha da prefeitura.

Mais da metade (55%) das pessoas entrevistadas na cidade no primeiro período disse que sua renda havia diminuído desde fevereiro, comparado com 33% no segundo período, e 42% das pessoas entrevistadas entre 22 de abril e 13 de maio relataram uma queda de metade ou mais da renda familiar, em comparação aos 18% entre 27 de julho e 2 de outubro. Seis por cento do total dos entrevistados relataram uma perda total de renda no primeiro período, e 3% no segundo.

A preocupação com a escassez de equipamentos, leitos hospitalares ou médicos é evidente. Vinte e quatro por cento das pessoas entrevistadas entre 22 de abril e 13 de maio em Goiânia disseram estarem preocupadas com isso, e 56% disseram estarem muito preocupadas. A confiança no preparo do sistema de saúde pública é baixa: apenas 27% das pessoas acreditam que esteja bem preparado (16%) ou muito bem preparado (11%) para lidar com o surto do novo coronavírus.

Em Goiânia, 81% das pessoas consideraram a Covid-19 muito mais sério do que uma gripe comum no primeiro período, em comparação com 72% no segundo período. Entre 22 de abril e 13 de maio, a maioria da população também avaliou as políticas públicas implementadas para combater a propagação da doença como adequadas (57%). Uma proporção menor considerou as medidas menos rigorosas do que o necessário (32%) e apenas 10% das pessoas consideraram as medidas excessivamente rigorosas. Já entre 27 de julho e 2 de outubro, 53% considerou as medidas como adequadas, enquanto 40% as avaliou como menos rigorosas do que o necessário, e 7% como excessivamente rigorosas.

No primeiro período, a maioria das pessoas da cidade acreditava que essas medidas seriam flexibilizadas gradualmente, com apenas 22% dizendo acreditar que todas as medidas de resposta do governo seriam removidas ao mesmo tempo. Em média, as pessoas entrevistadas em Goiânia entre 22 de abril e 13 de maio estimaram que seriam necessários 4,4 meses para que todas as restrições fossem removidas, em comparação com os 6,8 meses previstos entre 27 de julho e 2 de outubro.

Oxford COVID-19 Government Response Tracker

Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

Policy note – Goiânia/Goiás



Figura GO.4 – Distanciamento social, conhecimento e testes em Goiânia

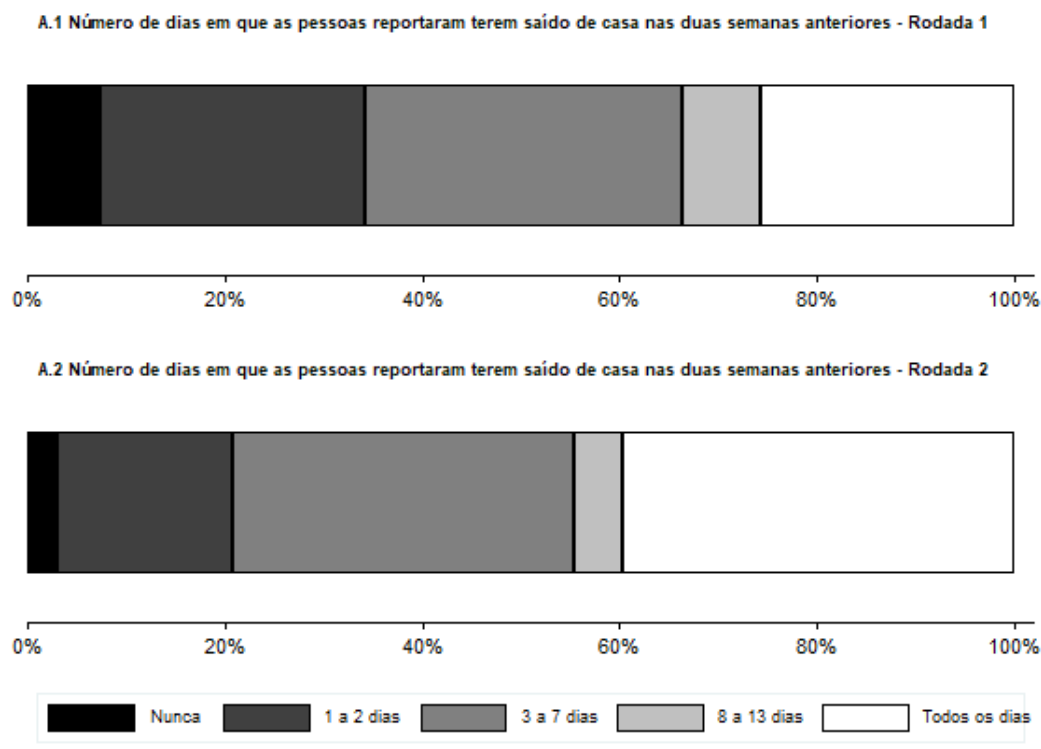
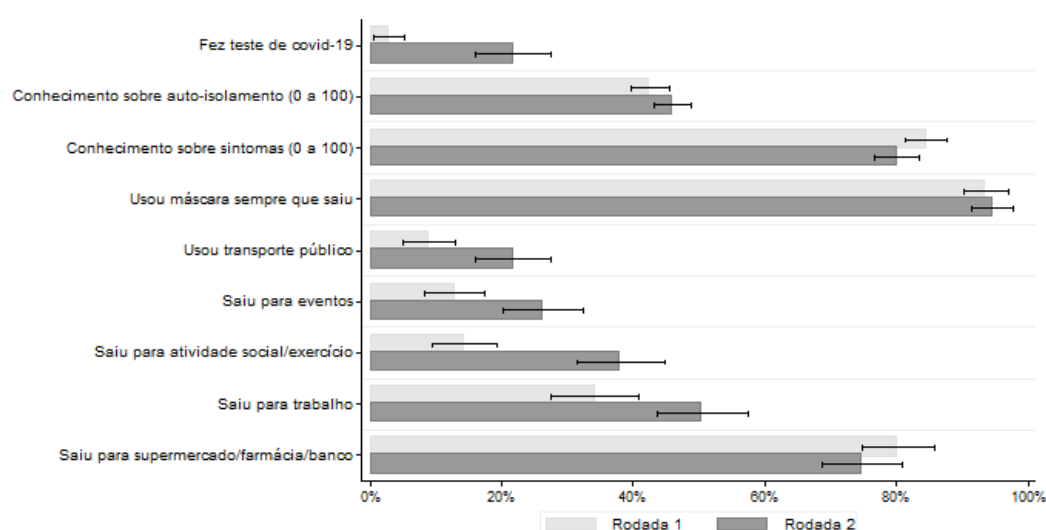


Figura GO. 5 – Teste, conhecimento, uso de máscara, e razões para sair de casa



Dados disponível em: <https://github.com/OxCGRT/Brazil-covid-policy>